

na Rua Ângelo Custódio, n. 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil nº 001080-116/2013-MP/PJ/DCF/DH

Data da Instauração: 17/11/2014

Objeto de Investigação: apurar e combater as causas que têm ensejado a baixa performance das escolas da rede públicas situadas em Belém, no que se refere à apuração do IDEB.

Belém, 17 de novembro de 2014

Maria das graças Corrêa Cunha - Promotora de Justiça

Protocolo 779268

EXTRATO DO EDITAL Nº 002/2013 - MP/PJP

A Promotora de Justiça da Comarca de Pacajá torna pública a prorrogação do procedimento administrativo abaixo indicado, que se encontra à disposição na rua Inês Soares, s/nº, bairro Centro, município de Pacajá/PA.

Inquérito Civil nº 002/2013 - PJP

Data da Instauração: 09 de setembro de 2013

Data da prorrogação: 18 de novembro de 2014

Data prevista para o término do ICP: 18 de novembro de 2015
Instaurante: Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art. 52, da Lei Complementar nº 57.

Interessado (s): Prefeitura Municipal de Pacajá

Objeto de Investigação: Apurar notícia de ilegalidade em contratações temporárias e a não lotação de candidatos aprovados em concurso público.

Pacajá/PA, 18 de novembro de 2014

Adriana Passos Ferreira - Promotora de Justiça

Protocolo 779270

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

Nº 042/13-EX4C

O Promotor de Justiça Titular do 4º Cargo da Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa, com Deficiência e Transtorno de Ananindeua/PA.; Dr. José Godofredo Pires dos Santos, torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preparatório nº 042/13-EX4C em Inquérito Civil de mesma numeração, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público Estadual em Ananindeua, situada na Rodovia Br-316, KM 08, Bairro Centro.

Portaria de Instauração nº. 085/2014-4ºPJC

Data de Instauração: 28 de outubro de 2014

Objeto: Apura notícia de situação de risco envolvendo pessoa idosa, motivado pelo filho desta que é usuário de entorpecentes.

José Godofredo Pires dos Santos - Promotor de Justiça

Protocolo 779272

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2014-MP-PJC

A Promotora de Justiça do 5º Cargo da Promotoria de Justiça de Curalinho/PA.; Dra. Ocivalva de Souza Farias Tabosa, torna pública a instauração de Inquérito Civil nesta Promotoria de Justiça.

Inquérito Civil nº. 003/2014/MP/PJC

Data de Instauração: 26 de outubro de 2014

Fundamentos: Artigos 127 e 129, III CF/88, além das disposições contidas 8º, §1º, da Lei nº 7.347, de 27/07/85, e 26, I, da Lei nº 8.625, de 12/02/93, de acordo com o disposto no art. 2º, §7º, da Resolução n. 23, de 17/09/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n. 010/2011-CPJ/MP/PA

Assunto: apurar suposta não aprovação da prestação de contas Processo nº 280012011-00 pelo TCM, referente ao exercício de 2011, da Prefeitura Municipal de Curalinho/PA.

Belém, 24 de outubro de 2014.

Ocivalva de Souza Farias Tabosa - Promotora de Justiça

Protocolo 779282

EXTRATO DA PORTARIA Nº 050/2014/MP/11ºPJMAB(IC)

O Ministério Público do Estado do Pará, através do Promotor de Justiça, Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Marabá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127, caput e 129, I ao III da CF/88, artigo 25 inciso III e IV, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 52, incisos V e VI e art. 54, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, torna pública a instauração do Inquérito Civil sob o número 000006-911/2014, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público de Marabá, na Rua das Flores, s/n. Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis INCRA. CEP. 68.502-290.

Portaria nº 050/2014/MP/11ºPJMAB(IC)

Inquérito Civil nº: 000006-911/2014/MP/11ºPJMAB

Data da Instauração: 07/10/2014

Objeto: Apurar possíveis ilegalidades quanto ao repasse de valores pela prefeitura municipal de marabá a instituição de cunho religioso, no ano de 2011

Marabá/PA, 07 de outubro de 2014

Júlio Cesar Sousa Costa - Promotor de Justiça

Protocolo 779283

EXTRATO DA PORTARIA

Nº 006/2014/MP/5ºPJEP-PMA.RESP.PJC

O Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotora de Justiça, Titular da 5ª Promotoria de Justiça de Execução Penal, Penas e Medidas Alternativas, respondendo pela Promotoria de Justiça de Curalinho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, e da Resolução nº 010/2011-CPJ, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 006/2014, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público de Curalinho, na Av. Floriano Peixoto, s/n. - Centro Curalinho/PA (91) 3633-1502, CEP 68.8515-000.

Data da Instauração: 15/10/2014

Objeto: Apurar possíveis violações a artigos da lei nº 8.429/92, promovendo a coleta de outras informações para posterior instauração de Ação Civil Pública, Ação de Responsabilidade por Improbidade Administrativas ou arquivamento das peças de informação, nos termos da lei.

Curalinho/PA, 10 de outubro de 2014

Ocirvalva de Souza Farias Tabosa - Promotora de Justiça

Protocolo 779289

EXTRATO DA PORTARIA

Nº 001/2014/MP/1ª 2ª 3ª PJITB

O Ministério Público do Estado do Pará, através dos Promotores de Justiça, Dra. Ione Silva Nakamura, Dr. João Batista de A. Cavaleiro de Macedo Júnior, Dra. Lílian Regina Furtado Braga, Dra. Renata Fonseca de Campos e Dra. Juliana Dias Ferreira de Pinho Palmeira, infrafirmados, vem, no pleno uso de suas funções constitucionais, dispor o que segue:

Instaura o Procedimento Preparatório Conjunto nº 001/2014-MP/1ª2ª3ª PJI

Data da Instauração: 22/10/2014

Objeto: Apurar fatos denunciados ao Ministério Público do Estado do Pará, em audiência ocorrida no dia 23/10/2014, na Câmara dos Deputados em Brasília, indicando a existência de mais de 3.000 (três mil) pontos de garimpagem de ouro irregular na Bacia do Tapajós, neste Município de Itaituba, para fins de conhecimento e publicação.

Itaituba/PA, 22 de outubro de 2014

João batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Junior - Promotor de Justiça

Juliana Dias Ferreira de Pinho Palmeira - Promotora de Justiça

Renata Fonseca de Campos - Promotora de Justiça

Ione Missae Silva Nakamura - Promotora de Justiça

Lílian Regina Furtado Braga - Promotora de Justiça

Protocolo 779299

PORTARIA Nº 7791/2014-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o feriado nacional do dia 8 de dezembro do corrente ano, segunda-feira, data de celebração do Dia da Justiça, com fundamento no Decreto-Lei Federal nº 8.292/1945 e na Lei Federal nº 1.408/1951;

CONSIDERANDO o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará ter declarado ponto facultativo no dia 8 de dezembro, com a consequente suspensão do expediente, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público nos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais, conforme os termos da Portaria nº 0035/2014-GP, datada de 8/1/2014, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 14/1/2014;

CONSIDERANDO, também, a correlação de serviços entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, sendo este Órgão essencial à função jurisdicional do Estado, nos termos do art. 127, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

R E S O L V E:

FACULTAR o expediente do Ministério Público do Estado do

Pará, na Capital e no Interior do Estado, no dia 8/12/2014, sem prejuízo dos plantões funcionais e do Serviço de Guarda da Instituição.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 2 de dezembro de 2014.

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça, e. e.

PORTARIA N.º 7852/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - DELEGAR poderes à Procuradora de Justiça ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER para atuar, como órgão de execução, nos autos do Procedimento Disciplinar Preliminar - PDP Nº 042/2014-MP/CGMP, nos termos do art. 29, inciso IX da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, combinado com o art. 56, inciso IX da Lei Complementar Estadual nº 57, de 6 de julho de 2006, podendo adotar as medidas que entender cabíveis.

II - REVOGAR a Portaria nº 7745/2014-MP/PGJ, de 1º/12/2014, publicada no D.O.E. de 2/12/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 4 de dezembro de 2014.

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça, e. e.

PORTARIA Nº 7867/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado sob o nº 48205/2014,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Jurídico, de 27/11/2014, acolhido in totum,

CONSIDERANDO ainda os termos do art. 77, inciso VII, combinado com o art. 95, da Lei nº 5.810/1994,

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor MAURÍCIO SANTOS MATOS licença para desempenho de atividade classista, sem prejuízo de sua remuneração, no período de 9/12/2014 a 30/6/2015, com fulcro no art. 95, da Lei nº 5.810/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 5 de dezembro de 2014.

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça, e.e.

PORTARIA N.º 502/2014-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 6556/2014-MP/PGJ, 6 de outubro de 2014, CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor RAFAEL PONTES DOS REIS, Analista Jurídico para exercer a fiscalização e acompanhamento da execução dos convênios abaixo relacionados:

CONVÊNIO Nº 006/2014-MP/PA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA (CONCEDENTE);

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ - PMPA (CONVENENTE)

OBJETO: Cooperação mútua para o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, mediante o reaparelhamento da Polícia Militar, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto à segurança dos membros do Ministério Público do Estado do Pará, ameaçados em razão do desempenho de suas atividades institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis.

Assinatura: 4/12/2014

Vigência: 4/12/2014 a

31/12/2015

Valor de repasse: R\$-

4.066.955,25

CONVÊNIO Nº 007/2014-MP/PA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA (CONCEDENTE)

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBMPA (CONVENENTE)

OBJETO: Cooperação mútua para o fortalecimento e